



**CÂMARA DOS DEPUTADOS**

## **PROJETO DE LEI N.º 1.941, DE 2025**

**(Do Sr. Cabo Gilberto Silva)**

Revoga o artigo 259 do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal), em razão de sua revogação tácita pelo artigo 61 da Lei nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998.

**DESPACHO:**

À COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE CIDADANIA  
(MÉRITO E ART. 54, RICD)

**APRECIÇÃO:**

Proposição Sujeita à Apreciação Conclusiva pelas Comissões - Art. 24 II

**PUBLICAÇÃO INICIAL**

Art. 137, caput - RICD

PROJETO DE LEI Nº DE 2025  
Do Sr. Cabo Gilberto Silva

Revoga o artigo 259 do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal), em razão de sua revogação tácita pelo artigo 61 da Lei nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica revogado o artigo 259 do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal).

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

JUSTIFICAÇÃO

O presente projeto de lei visa formalizar a revogação do artigo 259 do Código Penal, que trata do crime de "difusão de doença ou praga que possa causar dano à floresta, plantação ou animais de utilidade econômica". Com o advento da Lei nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998 (Lei de Crimes Ambientais), especificamente em seu artigo 61, houve a tipificação da conduta de "disseminar doença ou praga ou espécies que possam causar dano à agricultura, à pecuária, à fauna, à flora ou aos ecossistemas", com pena de reclusão de um a quatro anos e multa.

A doutrina majoritária reconhece que o artigo 259 do Código Penal foi tacitamente revogado pelo artigo 61 da Lei nº 9.605/1998, por tratar-se de norma especial e mais recente que regula a mesma matéria. A coexistência de ambos os dispositivos gera insegurança jurídica e interpretações conflitantes, prejudicando a aplicação uniforme da lei penal.

Além disso, a manutenção do artigo 259 no Código Penal é desnecessária, uma vez que a Lei de Crimes Ambientais já contempla de forma abrangente as condutas relacionadas à disseminação de doenças ou pragas que possam causar danos ao meio ambiente e à economia. A revogação expressa do artigo 259 do Código Penal visa eliminar redundâncias e harmonizar a legislação penal ambiental, promovendo maior clareza e efetividade na repressão a tais condutas.



Diante do exposto, conto com o apoio dos deputados para a aprovação deste projeto de lei, que contribuirá para a atualização e coerência do ordenamento jurídico penal brasileiro.

Sala das Sessões, em \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2025.  
Cabo Gilberto Silva  
Deputado Federal



**CÂMARA DOS DEPUTADOS**

CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO E INFORMAÇÃO – CEDI  
Coordenação de Organização da Informação Legislativa – CELEG

<b>LEI Nº 14.597, DE 14 DE JUNHO DE 2023</b>	<a href="https://normas.leg.br/?urn=urn:lex:br:federal:lei:202306-14;14597">https://normas.leg.br/?urn=urn:lex:br:federal:lei:202306-14;14597</a>
--	---

**FIM DO DOCUMENTO**